

A LINGUAGEM DIPLOMÁTICA DE GUIMARÃES ROSA

Guimarães Rosa's diplomatic language

Roberta da Costa de Sousa

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

professorarobertacs@gmail.com

RESUMO

Além de escritor, o autor brasileiro João Guimarães Rosa foi diplomata. Ele trabalhou em Hamburgo, Alemanha, entre 1938 e 1942. Este artigo pretende analisar o tratamento conferido às questões políticas nos textos diplomáticos reproduzidos em Araújo (2007). Como diplomata e escritor, Guimarães Rosa não foi homem de posições políticas explícitas, mas a política está presente nos textos diplomáticos que escreveu. Há também o distanciamento entre a linguagem direta desses escritos e o hermetismo de sua literatura. Discrição, polidez e negociação são características fundamentais ao diplomata e ao escritor.

PALAVRAS-CHAVE: Guimarães Rosa; diplomacia; política; literatura.

ABSTRACT

Besides writer, the Brazilian author João Guimarães Rosa was diplomat. He worked in Hamburgo, Germany, between 1938 and 1942. This article aims analysing the treatment of political issues on his diplomatic texts reproduced by Araújo (2007). Being a diplomat and a writer, Guimarães Rosa was not a man of obvious political positions, but the politics is present on his diplomatic texts. There is the distance between the direct language of these writings and the hermeticism of his literature. Discretion, politeness and negotiation are fundamental characteristics to the diplomat and the writer.

KEYWORDS: Guimarães Rosa; diplomacy; politics; literature.

A criação literária de Guimarães Rosa continua a ser amplamente estudada, mas só recentemente a redação e atuação como diplomata começaram a motivar estudos. Este trabalho pretende relacionar aspectos da redação e atividade diplomática com a linguagem literária de Guimarães Rosa, especialmente quanto à dialética entre literatura e política. Investigar o diplomata João Guimarães Rosa permite acompanhar a experiência individual do escritor, que ao mesmo tempo convivia diretamente com questões políticas.

Enquanto, na diplomacia, Guimarães Rosa realizava pactos diplomáticos ao amaciar os argumentos pela lógica protocolar, na literatura, cifrava o argumento político na brutalidade do sertão com o metafísico, compondo acordos com o leitor de classe média. Ao recriar a lógica diplomática na literatura para tratar de grandes problemas sem constrangimento, Rosa antecipou o tom conciliatório do governo de Juscelino Kubitschek. Com isso, civiliza o conflito, ou seja, o literário estetiza o conflito. A dialética entre o literato e o diplomata expõe o distanciamento literário ante o acirramento das posições em disputa.

A função do aspecto documental na criação e a relação entre a obra literária com o sentido social incidem nas obras e na crítica da época. A polarização política levava a crítica a verificar se determinado autor se enquadrava no romance social. O conflito era evidente. O escritor engajado como agente de mudança em Sartre trava batalha com a crença estruturalista e pós-estruturalista da autonomia absoluta do literário. E Guimarães Rosa, com forma apaziguadora, negociadora de conflitos, tipicamente diplomática, criava alta literatura. No entanto, na obra de Rosa, a linguagem não é só estética. Nela, o aspecto político se transfigura para evitar conflitos na lógica conciliatória.

As posições estéticas da diplomacia e as posições políticas da literatura de Rosa se constroem na refinada elaboração formal, na qual a política aparece obliquamente. Por isso, a enunciação no trabalho de formação discursiva do sujeito, a fim de desvendar o Brasil cifrado ali, conduz ao jogo diplomático de máscaras e negociações muito próximo ao processo literário. A diplomacia é pautada por protocolos e a literatura de Rosa, também, para afirmar conteúdos pesados levemente.

Guimarães Rosa diplomata

Para melhor clareza e argumentação, contribui o domínio do ofício de escrever. Ao mesmo tempo, o exercício de um cargo público garante a estabilidade financeira que, geralmente, a carreira literária não oferece. O desempenho de funções administrativas integrou a vida de escritores, como Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. Especificamente, a carreira diplomática fez parte da rotina de outros literatos de renome: João Cabral de Melo Neto, Vinicius de Moraes e João Guimarães Rosa.

Segundo Menezes (2008, p. 101), em João Cabral de Melo Neto, que viveu mais tempo no exterior, principalmente na Espanha, a temática da experiência estrangeira evidencia-se mais nas obras. Em Guimarães Rosa, há mais forte a proposição de uma perspectiva questionadora dos cânones disciplinares. Os três escritores apresentam em comum o discurso das modernidades tardias no Brasil em áreas excluídas do projeto de modernização, como o sertão e as favelas. Percebe-se o conflito entre tradição, modernidade e modernização, a partir da segunda metade da década de 1950, com a política estatal desenvolvimentista. O capitalismo também produz marginalizados sociais em busca de condições mais dignas de existência ou em fuga do sistema repressor, os quais ganham forma como personagens nas obras literárias desses autores. O aspecto protocolar da escrita diplomática com negociações e acordos para resolução de conflitos não perde o caráter de escritura, permeada pela transdisciplinaridade, com imaginação estética e cuidado ético, na qual o político e o estético não se dissociam. “Às vezes, em benefício da atividade profissional e dos interesses do Estado, os autores escrevem documentos que se chocam com a forma como as questões sociais ou políticas se fazem presentes em sua criação literária.” (MENEZES, 2008, p. 24). Eles corroem o regionalismo fechado alheio a conexões externas e contrariam a pretensão de unidade nacional. O elemento popular permeia a obra nas temáticas e na estrutura textual, ao influenciar a lógica discursiva. A força maior da “diplomacia literária”, como denomina Menezes (2008, p. 107), encontra-se no questionamento social, em novos olhares políticos para o mundo.

Para Menezes (2008, p. 31), embora Guimarães Rosa tenha vivido menos tempo no exterior, deixou mais vestígios das atividades como diplomata, o que permite aprofundar a reflexão das relações entre a atuação diplomática e a criação literária, com singular diálogo entre modernidade e tradição. Especificamente em Guimarães Rosa, alguns textos diplomáticos combinam esmero conceitual, precisão linguística e preocupações humanitárias.

Os textos diplomáticos de Guimarães Rosa

Em pesquisa realizada a partir do acesso aos arquivos do Itamaraty (Histórico e da Divisão de Fronteiras) e de sinopse da Câmara dos Deputados, Araújo (2007, p. 17) estabelece como unidade integradora de todos os aspectos da vida de Guimarães Rosa a atitude de restaurador – da saúde, da linguagem e da alma, daquilo que os políticos arruinaram –, a qual configura princípio unificador das profissões que Rosa exerceu: médico, escritor e diplomata.

Ao longo de 33 anos de carreira diplomática, João Guimarães Rosa exerceu diversos cargos. Conforme dados dispersos em Araújo (2007) e Rosa (2003, p. 145-146), iniciou como Cônsul de 3ª classe e posteriormente de 2ª classe, no Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, em julho de 1934. Teve experiências internacionais – a primeira delas a de Cônsul-adjunto no Consulado Geral de Hamburgo, na Alemanha, de 1938 a 1942 – até a promoção a Embaixador (1ª

classe), em 1958, e encerrou a carreira como Chefe da Divisão de Fronteiras do Itamaraty/Chefe do Serviço de Demarcação de Fronteiras (nomenclatura ulterior) de 1956 a 1967.

Constam, entre os “Anexos” da obra de Araújo (2007), oito documentos (relatórios, notas e memorandos) e uma troca de correspondência. No corpo do texto de Araújo (2007), reproduzem-se ainda dois memorandos e uma intervenção em reunião de embaixadores sobre a Amazônia. Serão analisados aqui alguns desses textos de Guimarães Rosa redigidos no exercício do cargo de diplomata.

De acordo com Araújo (2007, p. 29), há semelhanças entre a linguagem impressionista do “Relatório da Visita ao Centre d’Essai d’Alesmes”, de 18 de abril de 1949, e a de *Sagarana* (1946). Relação bem distinta da argumentação diplomática clara em oposição à linguagem literária hermética posterior. Cada vez mais cresceria o distanciamento entre as duas linguagens, a diplomática e a literária.

Contudo, não necessariamente se trataria de marca de estilo de redação diplomática daquele momento, mas de consequência do envolvimento de João Guimarães Rosa com o caso. No relatório da visita ao Centre d’Essai d’Alesmes, percebe-se, pelo tom do texto, o entusiasmo com a proposta de emigração de jovens agricultores franceses ao Brasil. Ele conheceu aqueles indivíduos e compartilhou da ideia, o que não surpreende a alguém que se define como “homem do sertão”, pois transmite credibilidade às descrições de animais e materiais, assim como às características de solo e informações eminentemente agrícolas. Ansiava transmitir sensação positiva baseada em dados concretos, a fim de persuadir os superiores àquela causa.

Em alguns trechos, nota-se exaltação para aproximação do leitor: “A gente logo se certifica de que aqueles rapazes amam verdadeiramente o campo e a natureza, e que se devotaram de corpo de alma à profissão agrícola” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 116). Valoriza a dedicação aos estudos dos rapazes, que conservam pequenas bibliotecas à cabeceira da cama, porém não se furta a dados precisos para convencimento, que demonstram nenhuma ingenuidade ao que se conflagraria como empecilho: “é formada de elementos autenticamente católicos, e uma das precauções da associação é a de impedir que se insinuem em seu rol indivíduos comunistas” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 117). Informação comprovada em meio a elemento aparentemente casual, após a enumeração da “comida farta e saborosa”, na descrição do ambiente do almoço: “Na sala de jantar, que é igualmente a cozinha, tem entronizado um crucifixo” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 118). No entanto, não omite aspectos negativos, como “O que não dá ar de bem articulado, e nem de funcionar, por ora, de maneira suficientemente satisfatória, é a própria direção da E.C.S.M.F.” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 123). Preocupa-se em emitir informações que confirmem não se tratar de corrente emigratória francesa, como um Ministério do Povoamento a fomentar migrações internas e, em último caso, para as então colônias da África ou Guiana.

A “Nota n. 92”, de 25 de março de 1966, da Embaixada do Brasil em Assunção, redigida por João Guimarães Rosa, demonstra que toda a argumentação partiu de minucioso exame de documentos oficiais, de forma a atender estritamente ao deveras escrito em Tratados, Atas e Protocolos, sem dar margem a interpretações ambíguas. O caso exigiu dedicação extrema, com o objetivo de buscar todos os meios de solução pacífica de conflitos internacionais. Consta que passou “dois dias e uma noite no Itamaraty” (ARAÚJO, 2007, p. 68), segundo o Tenente Raymundo Alberto Faria de Araújo, encarregado do arquivo do Serviço de Demarcação de Fronteiras. O caso resultaria no aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, em conjunto com o Paraguai, na região das Sete Quedas, a construção de Itaipu.

Na Nota, declara diretamente “tentarei mais uma vez repetir – não um ponto de vista brasileiro – mas a verdade seriada dos fatos e dos válidos títulos...” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 128). Como “ambos os Governos, de pleno consentimento em boa forma subscreveram aqueles documentos e terão sem esquivança de responder por seus atos” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 128). Distintamente dos textos literários, afirma a existência da verdade e não de pontos de vista.

O Paraguai alegava ser o Tratado de 1872 a conclusão de uma “guerra injusta em virtude da qual se despojou a República do Paraguai de extensos territórios, depois de esgotar suas riquezas

nacionais e dizimar sua população” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 128). Ao qual, Rosa retruca: “Mas Vossa Excelência bem sabe que essas recriminações não correspondem à verdade, senão que deturpam a realidade dos fatos históricos” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 128). Menciona a “linha do Igurey”, utilizada como marco divisório, e que já aparecera em antigos tratados que não vigoraram. Ela fora substituída pelo Salto das Sete Quedas, proposto pelo Paraguai e aceito pelo Brasil, o que demonstrara o “espírito conciliador” brasileiro. Cita, então, tratados e protocolos já em tempos de paz, após 50 anos, por ambos aprovados e reconhecidos quanto ao assunto.

Uma vez que a demarcação da fronteira fora definitivamente estabelecida desde 1872/1874, conforme o Direito Internacional, é inadmissível a transgressão à estipulação de um convênio. Demarcação aprovada pelos respectivos governos é definitiva. O Paraguai estaria negando cumprimento a tratados e protocolos que ele mesmo ratificara, o que constituiria violação a atos internacionais. Se o Brasil retomasse a questão, também compactuaria com essa violação.

Dedica todo o tópico 58 a esclarecer a diferença entre as acepções do dicionário e o sentido restrito àquela situação. “Nos dicionários as palavras ‘demarcação’ e ‘demarcar’ cobrem faixa mais ou menos larga de significados. Mas, quando se assina um ajuste de limites – e foi o caso do Tratado de 1872 – cria-se uma Comissão Mista...” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 148). A Comissão transporta para o terreno a linha estipulada, ou seja, executa o tratado. “É uma operação definitiva, de valor jurídico e alcance político, com efeitos permanentes. [...] Uma tal demarcação, uma vez aprovada pelos dois países, não mais poderá ser cancelada unilateralmente” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 148). E arremata: “Isto se chama demarcar.” Demonstra firmeza ao ser taxativo pelo recurso de se considerar correto por respeitar a definição, algo representativo de alguém das Letras.

Explica que somente se permite melhorar a caracterização de uma linha de fronteira, e não efetuar nova demarcação, mediante a implantação de marcos intermediários, desnecessários em 1872. Estes correspondem a critério moderno, devido ao desenvolvimento das regiões fronteiriças, pois era comum haver grandes distâncias entre os marcos das antigas delimitações, sobretudo em regiões desabitadas.

A longa nota, composta por 155 tópicos, defende com tenacidade a posição brasileira e esgota a minuciosa argumentação, frequentemente comprovada por referências a documentos oficiais. Não poupa veemência no item 132, ao resumir a contraproposta paraguaia, “que consistiria, em síntese, no seguinte: que o representante do nosso Governo aprove o projeto de colocação de marcos feito *clandestinamente* – é o termo – no interior do território brasileiro” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 166). Assim como não oculta identificar o real interesse alheio: “e construa, juntamente com o representante do Governo do seu Estado, os marcos que modificariam, em benefício do Paraguai, os limites já estabelecidos desde 1874” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 166). Em seguida, enumera pacientemente as 18 datas e as respectivas explicações relativas a adiamentos às reuniões por parte do Paraguai.

Ao final, tamanha objetividade se ameniza sem recuar: “meu Governo sobre ele não deseja manter polêmica, nem tampouco aceita ser o mesmo ‘um problema de fronteiras que esteve pendente um século’” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 171). Sem afirmar diretamente, durante todo o documento está a declarar que o Brasil não vai rever as fronteiras, mas todos os argumentos justificam essa posição. A escrita direta ocorre sempre que serve para apontar ações inadequadas do Paraguai: “*clandestinamente*”; “os marcos que modificariam, em benefício do Paraguai”.

Toda a argumentação demonstra as atitudes equivocadas do Paraguai a fim de se contrapor à proposta pacífica brasileira. Encetar conversações para “promover, em conjunto com o Paraguai, os planos necessários à utilização prática, não só do enorme potencial energético decorrente do Salto das Sete Quedas...” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 171). Em nome do bem comum dos dois povos, conclui cordialmente com o desejo de que o rio Paraná, “ao invés de oferecer aos dois países razões de litígio ou desavença, seja entre eles um elo de união...” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 171). Propõe solução exemplarmente diplomática. Essa questão com o Paraguai foi extremamente desgastante e tensa para João Guimarães Rosa, porque havia o real temor do risco iminente de guerra pela rigidez da postura paraguaia, que até se desvencilhava das reuniões.

O “Relatório Político da Embaixada em Paris”, de 15 de novembro de 1948, evidencia análise sobre a crise política interna francesa principalmente em setembro daquele ano, com riqueza de detalhes. Além de separar o longo texto em pequenos capítulos, os subtítulos, por vezes sugestivos, sintetizam o núcleo da questão e contribuem para certo suspense. “A incógnita socialista”, “A reação dos sindicatos”, “Um novo acordo refaz a coalizão”, “Uma concessão aos sindicatos”, “A queda do gabinete”, “A crise reaberta” são alguns deles. Em alguns momentos, no texto em si há clima narrativo, como na primeira frase do subtítulo “A deserção dos socialistas”: “A consequência temida não se fez esperar” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 179); ou no início de parágrafo de outra parte: “Mas, mal cessara a aludida greve geral, e novos perigos surgiam, do setor operário” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 193). Comparações esparsas, tal qual a bonificação como “mero balão de oxigênio” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 185).

O documento encontra-se repleto de descrições, consequências econômicas (inflação, carestia, questão salarial), repercussão nas ruas, com greves e manifestações, cronologia, composição do gabinete a cada mudança (ministro e secretários de Estado), explicação a complementar o relato de algum fato, fragmentos de discursos. Sempre com comentários: “Não haveria aumento dos ordenados, mas, para acalmar as organizações operárias, prometia reduzir algumas taxas e aumentar os salários-família” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 178); “[...] esperava-se, em geral, que ele [Schuman, o *premier*] saberia encontrar o meio-termo entre o que teoricamente devia ser feito e aquilo que as condições, na prática, podiam facilitar” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 178).

Sindicato francês mais importante, a C.G.T. faz o relatório de Rosa distinguir politicamente discurso e ação efetiva, pois “não é, teoricamente, uma organização comunista”, e pretende não se limitar “a cuidar dos interesses puramente profissionais dos trabalhadores, mas sim defende o princípio de que a melhoria econômica pressupõe transformações políticas” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 185). O olhar de Rosa é estreitamente atento às sutilezas comunistas: “Na prática, porém, nela vêm predominando progressivamente os elementos comunistas, que já conseguem manejá-la a serviço de seus intentos, ditados pelo ‘Kominform’” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 185). Além de evidenciá-las para o leitor, Guimarães Rosa expõe opiniões sem reservas.

A análise destrincha o jogo político, como “o elemento dúbio e perigoso vinha sendo o Partido Socialista, cada dia mais hesitante” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 177). E explicita essa dubiedade. “Tendo provocado a queda dos respectivos Gabinetes [...] e sendo ao mesmo tempo impotentes para imporem um governo seu...” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 177). Ainda percebe os interesses particulares implícitos: “os Socialistas, indecisos, continuavam à espera de alguma fórmula, que, permitindo a realização das reformas econômico-financeiras necessitadas pelo país, não viesse, contudo, roubar-lhes popularidade” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 177).

Todavia, em geral, prevalece a frustração com a atuação dos partidos na expressão “jogo decepcionante”. A política não passa de um jogo. “Enquanto, à margem de tão prolongada crise, assim se patenteava o problema de um regime enfraquecido pelo jogo decepcionante dos Partidos...” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 180). A alternativa não pertencente ao governo também não o apetece: “os Comunistas começavam a anunciar estarem novamente prontos a aceitar postos na alta administração política do país, a qual, em sua bizarra fraseologia, ‘só assim voltaria a ser um *Governo democrático*’” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 180). Desconfia do uso das palavras pelos comunistas perante a impossibilidade de aliar comunismo e democracia. Denomina pejorativamente como “bizarra” a expressão, porque não haveria governo democrático com os comunistas, pois eles intencionam apenas desestabilizá-lo para assumir o poder. As constantes menções aos comunistas, além de necessidade do contexto pelo interesse desse tipo de informação ante o temor revolucionário, refletiria ainda a aversão do próprio redator?

João Guimarães Rosa também atuou como correio diplomático e redigiu o “*Memorandum para o embaixador do Brasil em Berlim*”, de 1941, no qual relatou as impressões acerca de Portugal e Espanha, em face da neutralidade de ambos quanto à Segunda Guerra Mundial. Nele, elenca pontos de vista variados do cotidiano, pela leitura de jornais e em conversas informais nas ruas ou nas

embaixadas, como as preocupações e os temores dos rumos do conflito. Percebe sutilezas e não se furta a comentários francos e diretos, como: “É patente o ingênuo simplismo desse raciocínio” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 92), relativo às razões do envio, por parte de Portugal, de reforços militares para Cabo Verde, Açores e Angola. Em Portugal, a imprensa estava sujeita à rigorosíssima censura. Enquanto o povo era na maioria anglófilo, Salazar nutria simpatia pelos países do Eixo. A afirmação de neutralidade coexistia com a fidelidade à tradicional aliança com a Inglaterra. Concomitantemente, persistia o medo da invasão alemã. Com situações econômicas totalmente díspares, a Espanha enfrentava a miséria, consequência também da guerra civil, e recebia auxílio de gêneros alimentícios provenientes de Portugal. O regime franquista se defendia com excessivo rigor dos posicionamentos opositores e conspiradores mediante severa polícia política interna.

O texto ainda traz comentários, em menor abrangência, a respeito de outros países, como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. No que tange aos Estados Unidos, antecipa a proximidade de admitir a entrada oficial do país na guerra. Comparações, apenas as reproduzidas de populares, que imprimem coloquialidade ao texto e, por vezes, ilustram jocosamente: “*camionettes*, carregadas de pão fresco, saem, todas as manhãs, de Lisboa, com destino à fronteira espanhola” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 90); “os italianos têm pela guerra atual o mesmo interesse que os argentinos tinham pela guerra do Chaco” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 100).

Logo no início designa como “sofrível” a redação da minuta, cuja revisão era o motivo do contundente e direto “*Memorandum sobre Correção Linguística*”, para o Chefe do Departamento de Administração, de 26 de janeiro de 1945. Nele, João Guimarães Rosa explicava as modificações realizadas com a paciência de refutar todas as acusações relatadas em memorando anterior pelo autor da minuta. Reproduz, então, o fragmento original, seguido das alterações e das justificativas: regras gramaticais; argumento de autoridade, com citação de Antenor Nascentes; alterações que somente obedeceram à “Consolidação das Instruções de Serviço”. Afirma peremptoriamente a falta de qualidade do texto original: “A verdade é que minuta e *memorandum* comprovam a completa desorientação do autor, no tocante ao emprego das vírgulas” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 202) e faz uso de ironia em: “Faltavam vírgulas; foram fornecidas as vírgulas. O redator não gostou. Se quisesse ser coerente, se quisesse acatar a pontuação por ele mesmo aplicada no 1º parágrafo, deveria ter gostado” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 202). Gradativamente o texto ganha tom cada vez mais exaltado, como em “maior disparate”, “pilhéria” e “Parece-me ocioso comentar queixa tão absurda; ridículo seria discutir tão bizantina proposta” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 203), que só se ameniza no último parágrafo, no qual afirma o objetivo principal de não pretender estabelecer polêmica, mas “evitar que pudesse ter curso o *memorandum*” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 203). Não estabeleceria polêmica pela contundência da análise, que refutaria qualquer contra-argumentação. Apesar de, ao final, parecer contemporizar, na verdade, recomenda o que fazer de forma bastante direta: não permitir o prosseguimento, nas consecutivas instâncias, do documento.

Nas “Notas para o Programa do Concurso de Provas do Instituto Rio Branco (IRBr) – parte de Cultura Geral”, de 1952, propõe “bem intencionada crítica” ao atual programa com sumário de oito matérias, como relação de “desdobramentos dos assuntos” para orientar os examinandos. Critica o uso do termo “Noções de humanidades”, que pressupõe conhecimentos rudimentares e acarretaria más interpretações pelo rebaixamento do sentido de Cultura Geral: “poderá dar a impressão, verdadeiramente *anti-cultural*, de estar-se pretendendo reduzir às proporções e ao *modus* de um currículo escolar...” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 212).

Em contraposição, Rosa enfatiza a necessidade de a prova não induzir o candidato ao estudo utilitário, exclusivamente para o exame, por “leituras apressadas” e “memorização artificial” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 207), mas aferir o aprofundamento de conteúdos bem sedimentados, transcendentemente à rotina escolar. Sugere adotar-se a prova escrita, não a oral, em forma de dissertação ou dissertações, para examinar “não só o cabedal de informações, mas também, tanto quanto possível, a coordenação das mesmas e sua dinâmica capacidade associativa” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 215). O tema de caráter geral seria desenvolvido “num mínimo de tempo de 5 horas” para permitir

“o máximo de ilações, associações e ilustrações, num tratamento revelador da pluralidade de conhecimento do candidato” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 215). Conclui com projeto de texto de três parágrafos para o programa do concurso, no qual explica a ausência de roteiro ou de prévia especificação dos assuntos como estratégia que atende a finalidade da seleção.

Além dos documentos integrantes dos “Anexos”, Araújo (2007) também reproduziu dois memorandos e uma intervenção em reunião diplomática no corpo da obra. Em um deles, o “*Memorandum* pessoal”, de 28 de agosto de 1963, ao Chefe do Departamento de Administração, Rosa solicita, com bastante informalidade e intimidade (“É o que Você, Compadre, poderá fazer.”), o funcionário Antônio Pereira de Almeida para o Serviço de Demarcação de Fronteiras. Descreve-o, “Gostando de servir, não olhando o tempo. Não é uma *rara avis*?” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 44) e conta a história com bom humor: “Porque, nesse mundo do relativo e da necessidade, como conservá-lo sem lhe oferecer uma certa gratificação financeira – que não será escandalosa mas não pode ser mesquinha?” (ROSA apud ARAÚJO, 2007, p. 46). Exemplo de como Guimarães Rosa também faz uso dos favores na esfera de poder, embora seja por um funcionário dedicado ao cumprimento do dever, já então uma raridade no serviço público. Sabia que pelos meios burocráticos tradicionais não conseguiria mantê-lo e apela ao nível da intimidade.

Certamente, ao longo dos documentos selecionados por Araújo, constata-se o domínio da língua portuguesa. Isso se demonstra pela clareza na exaustiva argumentação por um exímio redator, que sabe adequar apropriadamente o uso dos recursos linguísticos, conforme as situações. Desde o estritamente formal da Nota n. 92, até certa coloquialidade, como no Memorando sobre Portugal e Espanha, em virtude do modo de obtenção predominante das informações, passando por maior subjetividade, para compartilhar com o leitor a experiência retratada no Relatório de Visita ao Centro Francês. A capacidade de análise crítica se alia a descrições pormenorizadas a expressar paciência e perfeccionismo. São escassos os equívocos e redundâncias (“elo de união” e “nem tampouco”).

Todos os documentos atestam a minúcia, o perfeccionismo, a responsabilidade e a competência no trabalho. Em correspondência ao tradutor italiano Edoardo Bizzari, de 21 de outubro de 1966, Guimarães Rosa conta sobre mais de um ano de dedicação à divergência com o Paraguai, de trabalho ininterrupto, entre discussões e reuniões, às vezes sem dormir: “Várias vezes, tive de trabalhar aqui no Itamaraty até às 5 horas da manhã... e comparecer no outro dia já às 9, para reuniões que duravam o dia inteiro” (ROSA, 2003, p. 180). O próprio Rosa elenca as características pessoais que contribuíram para o desempenho em caso tão delicado: “E com o visceral ‘medo de errar’, a necessidade compulsiva de cuidar de todos os detalhes, a lentidão meticulosa de mineiro da roça, de terra onde os galos cantam de-dia” (ROSA, 2003, p. 180). O diplomata exigiu tempo integral e ocupou o espaço do escritor: “nem me lembrava que eu era Guimarães Rosa, não respondi às cartas das editoras estrangeiras, perdi dinheiro, sacrifiquei interessantes oportunidades, adoeci mais, soterrei-me” (ROSA, 2003, p. 180).

Guimarães Rosa afirmou em entrevista de 1965, concedida a Günter Lorenz, que pôde exercer bem a profissão, porque o diplomata seria uma espécie de sonhador, por tentar consertar o que os políticos arruinaram. Criticou os políticos por sempre falarem de “lógica, razão, realidade” e, ao mesmo tempo, praticarem “os atos mais irracionais que se possam imaginar” (ROSA apud LORENZ, 1983, p. 77).

Na redação diplomática de Rosa analisada, o que mais se afasta do racional, da lógica e do utilitarismo é o projeto de texto para o concurso de diplomata, que valoriza quem cultiva o conhecimento e não apenas o adestramento para a aprovação. Contudo, extremamente amplo e aberto, seria inviável na atualidade, pois geraria recursos dos candidatos. Entretanto, no exercício profissional demonstra bastante praticidade e razão, quando a situação assim exige. Não há nada de sonhador na Nota n. 92, aliás, com exatidão em não confundir verbetes de dicionário e o significado exigido pela prática profissional. Não se abstém de posicionamento, no caso do Paraguai, nem de análises comentadas nas questões políticas dos relatórios internacionais.

Para Araújo (2007, p. 17), Rosa separava diplomacia e política por esta encontrar-se

contaminada pelo domínio avassalador do totalitarismo, ou seja, o desligamento da política constituiria paradoxalmente ato político no mais alto grau. Todavia, não separa diplomacia de política apenas por causa do totalitarismo, mas também pelas manobras políticas que não contemplam o bem comum. Como no exemplo do Partido Socialista francês que demonstrou disposição de subordinar as doutrinas em nome da estabilização do país.

A alusão à política como “jogo” no relatório remete à entrevista de 1965, quando Rosa novamente se refere a “jogo”, para falar de política e xadrez: “Talvez eu seja um político mas desses que só jogam xadrez, quando podem fazê-lo a favor do homem” (ROSA apud LORENZ, 1983, p. 77). Ainda declara: “eu jamais poderia ser político com toda essa constante charlatanice da realidade. [...] Eu penso na ressurreição do homem” (ROSA apud LORENZ, 1983, p. 77).

A ambiguidade parece constituir traço constante. Embora a diplomacia mantenha a possibilidade de diálogo e negociação, nela Guimarães Rosa afirma “a verdade”, de maneira bem distinta do que prega no discurso literário. Ao criticar os argumentos paraguaios que “deturpam a realidade dos fatos históricos” para defender o interesse nacional, desempenha a obrigação como diplomata brasileiro. Afinal, a argumentação paraguaia expressava o que aconteceu ao país vizinho inseparável da ótica do perdedor da guerra repleta de motivações econômicas.

A diplomacia faz mais uso da omissão e da distorção, que também são modos de enganar, embora diferentes da mentira. Distorcer implica enfatizar determinados fatos a favor, ao mesmo tempo em que se minimiza ou ignora os inconvenientes, de forma a retratar algo ou alguém favoravelmente. Na política internacional, o sigilo oferece vantagem sobre os rivais, até a mitificação nacionalista consiste em mentiras arquitetadas pelos líderes. A tendência nas relações entre países é confiar apenas em pronunciamentos verificáveis. A confiança torna-se mais escassa em assuntos de segurança nacional que em questões de economia e meio ambiente. Apesar de a mentira, por vezes, ser útil à arte de governar, principalmente, para ganhar vantagem estratégica entre Estados, há limites para o uso como ferramenta de governo. Mentir frequentemente torna a mentira ineficaz, além de a reputação de desonestidade inviabilizar acordos futuros. Mesmo em política externa, pode-se perder o apoio popular a determinada causa e, internamente, fomentar a cultura da desonestidade. “Governantes e diplomatas raramente são punidos por mentir, especialmente se estiverem mentindo para outros países” (MEARSHEIMER, 2012, p. 27).

No exercício da diplomacia, Guimarães Rosa critica, sugere, opina, não é submisso, não aceita críticas quando acredita estar com a razão, utiliza toda a capacidade das vertentes da língua na tentativa de persuadir e demonstra até certa arrogância na correção linguística. Sabe exatamente o meio de que faz parte, a hipocrisia reinante no jogo das convenções sociais, mas também sabe utilizá-la, quando necessário, na alternância de tom mais exaltado. Guimarães Rosa percebeu no cotidiano diplomático a encenação das relações interestatais, guiadas pela prudência e pelo jogo nos bastidores, que comandavam o espetáculo: “As reuniões, muitas delas públicas, com grande número de participantes, não devem ser utilizadas para o embate, mas sim para dar brilho e solenidade a algo que foi decidido previamente” (RODRIGUES; SEITENFUS, 1995, p. 320-321).

Por isso, ao final da vida, parecia enfadado das formalidades sociais. “Perguntou-lhe Geraldo França de Lima por que não ia a uma recepção de gala, respondeu, rindo: ‘– Porque tenho só uma vida e não posso desperdiçá-la’” (ABEL, 2003, p. 30). Alair Barbosa, em 1962, confirma que Rosa declarava que a cada dia se afastava mais da futilidade da vida diplomática: “Não compareço a coquetéis, recepções, festas em embaixadas. Não gosto” (ABEL, 2003, p. 120).

No entanto, Guimarães Rosa não se exime do uso da intimidade, de laços de amizade, e conseqüentemente de outro nível de linguagem para conseguir o que almeja. A adequação linguística a cada situação acompanha aqueles que dominam a arte de escrever. Nesse tipo de cargo, os pedidos são rotineiros, como cita o amigo Paulo Dantas que, de mudança para Brasília, pediu a Guimarães Rosa indicação de alguém de prestígio, porque precisaria de muita ajuda e Rosa respondeu: “Procure no Supremo, o ministro Evandro Lins. Fale-lhe em meu nome. Leitor meu, fã de primeira...” (DANTAS, 1975, p. 48).

Ao tio Vicente, Guimarães Rosa enfatiza a discrição necessária ao cargo em carta de 3 de junho de 1939. “Você me pede que lhe fale da minha situação como Cônsul. Mas a matéria referente ao assunto é, nas coisas interessantes, eminentemente reservada, secreta mesmo, de tal maneira que não me arriscaria a dizer a mínima palavra a respeito numa carta” (ROSA apud GUIMARÃES, 1972, p. 161). O sigilo permanente aliado a cansativas exigências não permite êxitos. “Também, sucessos notáveis não tem havido, daqueles que se prestam à retumbância. É mais um trabalho, intenso e cheio de responsabilidades, mas subterrâneo e de penumbra” (ROSA apud GUIMARÃES, 1972, p. 161).

Em caderno pessoal de temas variados, pertencente à Coleção Henriqueta Lisboa, do Acervo de Escritores Mineiros, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Guimarães Rosa redigiu duas listas de como agir diplomaticamente. Uma delas intitulava-se apenas “Relações Exteriores”, datada de 6 de junho de 1955, e continha 13 itens, sequenciados por numerais cardinais seguido de parêntese, sem fonte. Difícil afirmar se copiou de algum lugar, se ouviu de alguém e escreveu posteriormente ou se ele mesmo escreveu a partir de experiência própria, o mais provável. Eis aqui alguns deles, a iniciar-se por: “Combater a expansividade, em todas as suas formas. De uma maneira geral, é preciso guardar o silêncio”. O segundo item: “Dominar todos os impulsos. Não comunicar notícias, não transmitir novidades”. O quarto: “Não ser afirmativo (dogmático) nem demonstrativo (explicativo)”. O número cinco: “Não expressar nunca as nossas impressões, especialmente as que resultam das conversações que ouvimos”. E encerrava-se: “Escutar bem, com calma, e só dar a nossa opinião pessoal quando é indispensável” (ROSA, 1973, manuscrito).

A outra lista, menor, com 11 itens, também sem fonte, não traz a data. Alguns itens nela presentes: “Não manifestar claramente o que deseja. Não deixar ver o móvel que nos guia” era o segundo. O terceiro: “Não mostrar, com a atitude, que já tem formada uma opinião contrária a que expõe o nosso interlocutor”. Número cinco: “Jamais empregar ironia, sarcasmo, nem aspereza; nem acentos imperiosos”. Sexto: “Não rechaçar, de uma maneira direta, o que nos afirmam ou propõem”. Oitavo: “Durante a conversação diplomática concentrarmo-nos na ideia de ‘triunfo’” (grifo do autor). No número nove: “Não insistir jamais. Deixar seguir a conversação, para procurar voltar mais tarde ao ponto contraditório”. Por último: “Não deixar perceber a importância que se atribui à decisão (própria ou) alheia” (ROSA, 1973, manuscrito).

Curiosamente, os itens das duas listas remetem a questões diplomáticas e, ao mesmo tempo, a procedimentos literários. Aspectos que aprimora como artista da palavra e presentes nos grandes autores. O escritor não diz tudo, menos é mais, não escreve sobre acontecimentos, não é direto nem óbvio, pois tudo deve ser trabalhado artisticamente. O comportamento do diplomata é similar à conduta do literato.

Dessa forma, discrição, polidez, minúcia, negociação e dissimulação são características fundamentais ao exercício da diplomacia presentes nos textos diplomáticos de Guimarães Rosa, conhecido pela dedicação e responsabilidade no cargo, apesar do enfado ao fim da vida. Essas características também estavam presentes na literatura rosiana.

Relações entre literatura e diplomacia

A forma apaziguadora de conflitos, recurso tipicamente diplomático trabalhado literariamente, permite ao aspecto político camuflar-se na arte literária. Na literatura de Rosa, engajamento e hermetismo não seriam conceitos opostos, mas interligados, uma vez que a própria política se converte no outro do discurso literário de Guimarães Rosa, ao se camuflar. Nas semelhanças entre linguagem literária e diplomática, a obra de Rosa constitui resposta ao impasse entre estética e política. A contradição da formação histórica brasileira compõe a dialética da linguagem artística rosiana, que a faz escapar do extremismo dominante. Alguns textos de Guimarães Rosa parecem responder ao excesso de críticas acerca da suposta falta de engajamento diante do hermetismo literário.

As estruturas tradicionais e modernas estabelecem relação complementar e contraditória, tanto

na linguagem literária de Guimarães Rosa, quanto na sociedade brasileira. O desenvolvimento urbano do país seguiu duas lógicas, a de integração e a da exclusão. A integração ocorreu de duas formas, a geográfica, pelas obras viárias, e a cultural, pela consolidação das telecomunicações e da cultura de massa. Como consequência da industrialização na década de 1950, a urbanização brasileira nas décadas seguintes associou-se à explosão demográfica, que tornou o Brasil majoritariamente urbano nos anos 1960 com a intensificação das migrações internas. O sertão, que à época da publicação, já não era como nas narrativas de Guimarães Rosa, cada vez mais se modificou.

A personalidade de Guimarães Rosa mesclava tanto o “homem do sertão” – que amava animais e a convivência com o povo da região, como o vaqueiro Mariano – quanto o intelectual, pesquisador contumaz de dados (crenças e costumes sertanejos, fauna e flora locais) para a criação literária, como o diplomata, que visitava outros países e frequentava os altos círculos da elite. O aparentemente inconciliável conjugava-se na personalidade múltipla e na obra simultaneamente local e universal. E sempre atual, pois as dissimulações discursivas, os mascaramentos e as camuflagens linguísticas são vistas cotidianamente no discurso midiático, político e oficial. Com as dificuldades que impingia ao leitor na obra literária, Guimarães Rosa o incitava a desconfiar de todos os discursos e a perscrutar as reais intenções de qualquer texto. Como diplomata, João Guimarães Rosa adequava-se ao papel. A função decorativa que oculta decisões primordiais à política por meio do papel conciliatório leva o diplomata não a explanar paixões, mas a atender convenções. Cultivar o sorriso aprovador, a fala branda, cautelosa e as virtudes sociais são demonstrações de cordialidade. Ser cordato corresponde à virtude urbana, civilizada e moderna.

Assim como outros colegas escritores, João Guimarães Rosa exerceu a carreira diplomática em período de extrema conturbação política. João Cabral de Melo Neto foi acusado de subversão em 1953 e reintegrado ao corpo diplomático em 1954, enquanto Vinicius de Moraes teve problemas na avaliação profissional quanto a discrição e disciplina por assinar o manifesto a favor da volta da democracia contra a ditadura do Estado Novo, de Getúlio Vargas, em 1945, e, finalmente, foi aposentado de maneira compulsória, em 1969, pelo regime militar. Ao contrário deles, Guimarães Rosa nunca se envolveu nas questões políticas brasileiras e sempre recebeu elogios pela dedicação à diplomacia.

Politicamente, Guimarães Rosa cultivava o ceticismo por desconfiar das práticas que faziam uso dos mesmos métodos de violência e injustiça. Distingue nitidamente o discurso literário, que se configura na elaboração fictícia de vestígios do real, do discurso diplomático. Na literatura, ganha a liberdade permitida pela criação artística a despeito das amarras da diplomacia, na qual também se rende à representação de interesses nacionais e à troca de favores no exercício de cargo da esfera de poder. Parecia denunciar, no campo literário, os mascaramentos possíveis por meio da linguagem, que viu à exaustão na diplomacia. Guimarães Rosa reproduzia na vida pública de escritor os princípios recomendados pela diplomacia de discrição, reserva e polidez. E não somente. Os princípios que norteiam a conduta diplomática assemelham-se às bases sedimentares da literatura de Rosa.

O estilo de abrandamento e camuflagem da realidade no exercício da diplomacia compõe, também, a literatura de Guimarães Rosa. Com a diferença que no texto literário, Rosa propositalmente mesclava arcaísmos, neologismos, estrangeirismos e produzia resultado hermético, que necessitava da imersão na fluência daquela linguagem, enquanto a redação diplomática, com recursos da língua usual, ocultava verdades. Na contenda diplomática com o Paraguai, por exemplo, páginas e páginas reiteravam sem afirmar diretamente que os representantes brasileiros não estavam dispostos a rever limites e tanto os paraguaios percebiam, que tentavam vencer pelo cansaço, ao desmarcar encontros e levar ao temor do conflito bélico. Em situações mais amenas, pode-se tentar envolver o leitor emocionalmente, o que Guimarães Rosa objetivou no caso dos jovens franceses.

Todavia, Guimarães Rosa emitia opiniões políticas nas correspondências íntimas e empreendia análises de mesmo teor nos documentos diplomáticos, quando necessário. Em ambos os casos, sabia que não teriam repercussão pública, ao menos em vida, por estarem resguardados pelas funções secretas diplomáticas e pela confiança dos laços amistosos e familiares. Também realizava

análises sociais de reverberação política nas obras literárias. No entanto, passavam despercebidas, tanto pela dificuldade de compreensão do alto grau de formulação artística, quanto pela ênfase nas análises esotéricas e metafísico-existenciais também presentes na obra, as quais o próprio Guimarães Rosa estimulava, por gosto; talvez, por medo, para se livrar de polêmicas que pudessem afetar o sossego e prejudicar a imagem do diplomata exemplar; para disfarçar as questões sociopolíticas, por perceber a proximidade da exaustão do discurso engajado na literatura; e pela intenção de alcançar a universalidade, a fim de integrar os clássicos da literatura universal, o que o levou a se dedicar com afinco às correspondências com os tradutores. Ele se preocupava mesmo com a publicidade das obras e pensava em estratégias de *marketing*, desde a publicação de estreia, *Sagarana*, até a contumaz correspondência com os tradutores no esclarecimento de dúvidas.

Ante o tenso e delicado cenário político, Guimarães Rosa assumia postura de valorização do diálogo e questionamento por meio da linguagem. Na literatura, questiona a lógica racionalista ocidental e a cisão social brasileira que imobiliza o diálogo, concomitante ao delineamento do combate pela denúncia das estruturas sociais vigentes. Isso se estende à visão capaz de dissociar a diplomacia da política para remediar aquilo que os políticos arruinaram, o que envolve contradição, pois inegavelmente a diplomacia integra o sistema político, porém, para Guimarães Rosa se convergia em forma de diálogo. Essa capacidade de ultrapassar rígidas dicotomias transparece também na postura universalista, com a desconfiança de todas as perspectivas, se todas fazem uso do mesmo recurso, a violência. Ao mesmo tempo, foi capaz de antever o ceticismo e o fim das utopias revolucionárias em literatura que analisava as estruturas arcaico-modernas brasileiras e buscava soluções na sintonia do indivíduo com o universo para compensar o descompasso social.

Diante da dualidade impregnada no processo histórico inerente a país periférico, como o Brasil, só se pode pensar dialeticamente. O alcance mimético da composição literária não consiste na reprodução fiel e documental, mas tornar o princípio estrutural do processo social princípio de construção artística, que garante a unidade formal do romance, como método de composição. A literatura de Guimarães Rosa constitui uma das melhores soluções ao impasse entre estética e política, arte e sociedade. Nela, essas esferas convergem em literatura de elevadíssima qualidade artística, na qual se encontra cifrada em alto grau a matéria social. Escapa da ilusão de reprodução fiel do mundo exterior a fim de promover a impressão de realidade, assim como se desvencilha do utilitarismo de redução da arte a serviço de alguma ideologia, que torna a literatura mero pretexto para apoiar posições políticas em meio a disputas ideológicas. Também se esvai da outra extremidade, que se refugia no uso funcional da linguagem distante da vida, mergulhando unicamente nos procedimentos específicos literários. Esse esquematismo dicotômico prejudica a análise crítica, que deve se nortear pelo complexo movimento das mediações. Como homem público, não se comprometeu diretamente com causas políticas, mas a problematização habita a literatura de Guimarães Rosa. É a ela que reserva todo o compromisso. Embora celebre a vida, a obra de Rosa não conseguiu prescindir do complexo contexto brasileiro a instaurar percalços.

Avesso a dogmatismos de qualquer espécie, muito menos literários, Guimarães Rosa realizava a denúncia social e política imprescindível à sociedade brasileira, sem filiar-se a partidarismos e ideologias, em defesa da liberdade. Guimarães Rosa corrobora a possibilidade da abordagem de questões políticas e sociais sem render-se à escrita ideológica. A obra de Guimarães Rosa consiste em resposta a todo o processo de formação histórica da crítica brasileira, a partir do Modernismo, com os embates extremistas entre valorização do social e do estético. Resiste ao prestígio das ideias dominantes de crítica social e preserva a análise estética da obra, ao mostrar que ela pode fazer denúncia da realidade sociopolítica brasileira, sem esquecer as questões estético-literárias, para compor a tensão ambígua que questiona, não confirma a ordem estabelecida, nem se rende a partidarismos e extremismos.

Simultaneamente, a obra de Guimarães Rosa estava em consonância com o modo de fazer política artisticamente dos grandes nomes da literatura mundial, ao atacar a base de sustentação do poder: a ausência de projeto político-cultural de formação de consciência crítica. O poder da verdade

das formas hegemônicas se funda na naturalização para conservação do pensamento e da sociedade. Sem consciência do uso da palavra para construção de falsos discursos, esvai-se a possibilidade de outra realidade coletiva. Ao contrário das estratégias dos meios de comunicação de massa, que priorizam ocultar a política, ao mostrar assuntos amenos, como celebridades, a literatura de Guimarães Rosa mostra a política no ocultamento da elaboração artística.

Contudo, João Guimarães Rosa não foi homem de ação social tradicional. Assim como Riobaldo, o protagonista de *Grande sertão: veredas*, Rosa desconfiava dos pastos muito bem demarcados. Da mesma forma que o eficiente diplomata Guimarães Rosa no escritório, Riobaldo assiste à batalha final que culmina com a morte de Diadorim, relativamente protegido, sem se envolver diretamente. A experiência da guerra certamente foi crucial tanto para a literatura de Rosa, quanto para o excesso de cautela e reserva na atuação pública. No Brasil, não há registros de posicionamentos políticos de Guimarães Rosa.

No entanto, a leitura da obra de Guimarães Rosa contribui para o desenvolvimento de capacidades interpretativas de elevadíssimo grau, fundamental para a sobrevivência crítica na contemporaneidade, fértil terreno de falsos discursos que ocultam interesses capitalistas e vantagens individuais em detrimento do coletivo. O que a cultura de massa não faz é resistir à lógica do capital. Criam-se belos discursos para ocultar que o capitalismo se apropria de tudo e a justificar a concessão de lucros extraordinários a grupos restritos. Na Grécia Antiga, persuadir por boa narração ou discurso implicava transmitir ensinamentos éticos e morais. Na contemporaneidade, ocorre o esvaziamento desses valores na cultura de massa, cujo discurso estereotipado, alienante e consumista, sem caráter formativo, reforça o poder dominante. Por isso, a perda da capacidade de perplexidade e a indiferença ante os absurdos diários compõem a cumplicidade da sociedade atual. A pausa do processo de reflexão é substituída pelo automatismo digital. A massificação da arte implica a massificação da audiência, disposta a aceitar tudo. Ler Guimarães Rosa é nadar contra a corrente, resistir à massificação, recusar-se a ser somente objeto dessa sociedade, mas se assumir como sujeito, leitor de qualquer texto, capaz de construir sentidos para além dos interesses de quem escreve. O processo eleitoral e a vitória nas urnas em 2018 evidenciaram a opção pelo discurso da violência. Essa alternativa se contrapõe às características diplomáticas de negociação e apaziguamento presentes tanto na literatura, quanto no exercício da diplomacia de Guimarães Rosa. Nesse momento, a sociedade brasileira preferiu não seguir o personagem médico de “Famigerado”, que, mesmo sabendo da ofensa do “moço do Governo” ao jagunço, optou pelo sentido favorável do vocábulo, a fim de evitar a violência. Em região onde ninguém possuía dicionário, restava ao doutor evitar o conflito, por meio da palavra. Os brasileiros precisam redescobrir o valor do conhecimento para a garantia da democracia.

Referências

- ABEL, Carlos Alberto dos Santos. *Rosa autor Riobaldo narrador: veredas da vida e da obra de João Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2003.
- ARAÚJO, Heloísa Vilhena de. *Guimarães Rosa: diplomata*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- DANTAS, Paulo. *Sagarana emotiva: cartas de J. Guimarães Rosa*. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- GUIMARÃES, Vicente. *Joãozinho: infância de João Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: José Olympio; Instituto Nacional do Livro, 1972.
- LORENZ, Günter. Diálogo com Guimarães Rosa. In: COUTINHO, Eduardo F. *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983. Coleção Fortuna Crítica, v. 6. p. 62-97.
- MEARSHEIMER, John J. *Por que os líderes mentem: toda a verdade sobre as mentiras na política internacional*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- MENEZES, Roniere Silva. *O traço, a letra e a bossa: arte e diplomacia em Cabral, Rosa e Vinicius*. 2008. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ROSA, João Guimarães. *João Guimarães Rosa: correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

ROSA, João Guimarães. *Cadernos*. Coleção Henriqueta Lisboa. Acervo de Escritores Mineiros. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 1973. (Manuscrito).

Recebido em: 5 ago. 2020.

Aprovado em: 23 set. 2020.